



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE – PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS

**ESCOLA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ENTRE A FÉ E A
PEDAGOGIA DOS ESPAÇOS (1940-1950).**

**CAMPINA GRANDE
2019**

MARIA EMÍLIA ANDRADE DE MEDEIROS

**ESCOLA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ENTRE A FÉ E A
PEDAGOGIA DOS ESPAÇOS (1940-1950).**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao programa de Graduação História em Licenciatura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de Concentração: História Cultural.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Cipriano.

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M488e Medeiros, Maria Emília Andrade de.
Escola Nossa Senhora do Rosário [manuscrito] : entre a fé e a pedagogia dos espaços (1940-1950) / Maria Emilia Andrade de Medeiros. - 2019.
50 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano , Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Cultura escolar. 2. Espaço escolar. 3. Religiosidade. I.
Título

21. ed. CDD 370

Maria Emilia Andrade de Medeiros

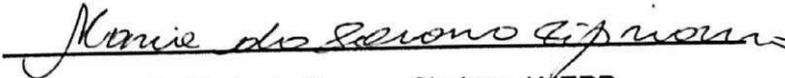
ESCOLA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ENTRE A FÉ E A PEDAGOGIA
DOS ESPAÇOS (1940-1950)

Trabalho apresentado ao programa de
graduação em Licenciatura plena em História
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduada em História.

Área de concentração: História Cultural

Aprovada em 19/06/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Maria do Socorro Cipriano / UEPB

Orientadora



Prof. Ms. Jefferson Nunes Ferreira

Examinador



Prof. Ms. Roberto Silva Muniz

Examinador

DEDICATÓRIA

Para o meu Deus que me amparou e me cuidou desde sempre. A Ti minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre muito perigoso, pois como seres humanos dotados de limitações, sempre correremos o risco de nos esquecermos de algum nome. Mas iremos correr esse risco. Quero dizer que as pessoas que aqui nomeei são muito especiais e queridas para mim e tiveram, sem sombra de dúvidas, fundamental importância na minha vida.

Agradeço aos meus pais, Maria das Neves e Djalma Araújo, por todo amor e esforço que tiveram para criar seus filhos, por terem dedicado suas vidas para me ver feliz. Eles são a minha força.

A minha irmã Elaine, por ter sido uma segunda mãe para mim, por ter me apresentado as primeiras letras e o amor pela escola. Você sempre foi exemplo para mim, como pessoa, irmã e principalmente como mulher.

A irmã caçula, Gena, pelo apoio psicológico em todas as vezes em que me encontrava tristonha, pelos sorrisos e a irmandade de construímos nesses últimos anos, és uma pessoa de muita de luz.

Aos meus demais irmãos por compartilharem comigo as dificuldades que a vida nos apresentou.

Muito obrigada, Orlandinho, por compreender minha ausência durante suas aulas de reforço. Torço muito por você, sabe que estarei aqui sempre que precisar.

Agradeço à minha família que me apoiou quando decidi levar os estudos adiante.

A minha querida orientadora, Socorro Cipriano, por todos os ensinamentos e doçura presentes em tudo o que faz. Eles estarão em minha memória para sempre. É uma referência como professora, mulher e ser humano. Você exala amor.

A minha amável ex-professora, Aparecida Barbosa, por todos os ensinamentos, por segurar fortemente em minhas mãos, quando comecei “engatinhar” na pesquisa científica, se hoje dou passos mais consistentes foi devido às suas contribuições.

Agradeço a minha amiga, Marília Cristina, pela sua fiel amizade e companheirismo, estando ao meu lado nas horas em que mais precisei, dividindo comigo alegrias e tristezas.

A Virna Lúcia, por abrir as portas da sua casa e me receber como alguém da sua família. Você é um anjo na minha vida. Obrigada por tudo, querida amiga!

As amigas que agora também são minhas, Beatriz e Thais, pela amizade e companheirismo, meninas vocês são fantásticas.

Aos meus colegas de turma, pela convivência harmoniosa que sempre tivemos em sala de aula.

A Emanuel Lima, pelos serviços prestados de informática ao meu notebook e pelas boas conversas. Sabes que aqui sempre encontrarás uma boa xícara de café acompanhada de ótimas conversas.

As meninas que fazem parte da Escola do Rosário por abrirem o acervo que me possibilitou fazer essa pesquisa e por sempre me receberem tão bem, em especial a professora Zeza, muito obrigada.

A Conceição Villar, por ter disponibilizado informações e imagem que foram muito importantes para construção deste trabalho.

A todos os professores que fazem parte do Curso de História da UEPB, pela troca de conhecimentos que se deu ao longo da graduação.

A UEPB, pela contribuição em formar não só profissionais, mas seres humanos melhores.

A Capes, pela concessão de bolsa de estudo, importante para que eu pudesse levar meus estudos adiante.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho, sintam-se todos abraçados!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o espaço escolar da Escola Nossa Senhora do Rosário e sua relação com a Igreja na cidade de Campina Grande nas décadas de 1940 - 1950. Entendemos que através dos seus espaços estes edifícios produziram ou, pelo menos, tentaram produzir sujeitos disciplinados, normatizados e regulados pelos seus discursos. Tais construções ganham visibilidade na vida cotidiana desses sujeitos mesmo que de forma silenciosa, contribuíram para o disciplinamento dos campinenses. Pois entendemos que esses espaços institucionalizados nunca são neutros e si constituem como mediadores da aprendizagem a partir da arquitetura e de objetos presentes nesses espaços. Nos valeremos do campo problematizador da História Cultural para refletir sobre a pedagogia produzidas nos referidos espaços, bem como dialogaremos com autores que nos ajudam a compreender esse cenário de forma mais ampla, tais como Foucault (2013), Frago e Escolano (2008), Julia (2001), este último discute o conceito de cultura escolar, entre outros autores.

Palavras-chave: Cultura escolar. Religiosidade. Espaço.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the school space from Escola Nossa Senhora do Rosário and its relationship with the Church in the city of Campina Grande in the 1940s -1950. We understand that through their spaces these buildings produced or at least tried to produce disciplined subjects, standardized and regulated by their speeches. Such constructions gain visibility in everyday life these subjects even if silently, contributed to the disciplining of campinenses. Because we understand that these institutionalized spaces are never neutral and constitute themselves as learning facilitators from the architecture and objects present in these spaces. **We will avail on** the problematical field of cultural history to reflect on pedagogy produced in these areas, as well as **we will talk to** authors that help us understand this more broadly scenario such as Foucault (2013), Frago and Escolano (2008), Julia (2001), the latter discusses the concept of school culture, among other authors.

Keywords: School culture. Religiousness. Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Igrejinha Nossa Senhora do Rosário ano de 1940 em nota da Revista Manaíra	28
Figura 2 – Igreja Nossa Senhora do Rosário ano 59.....	32
Figura 3 – Foto panorâmica do Bairro da Prata	34
Figura 4 – Parte externa do Grupo do Rosário, e Igreja.....	38
Figura 5/6 – Padre Cristóvão Ribeiro da Fonseca, o primeiro diretor da Escola do Rosário	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM O ROGRESSO: DISCUSSÕES SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL DE CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 50	14
CAPÍTULO II - A IGREJA DO ROSÁRIO E SUA ESCOLA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E CONTROLE DOS ESPAÇOS.....	25
CAPÍTULO III - NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ENTRE A FÉ E A EDUCAÇÃO DOS ESPAÇOS.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

Ao passar pela área onde está situada a Escola Nossa Senhora do Rosário¹ no Bairro da Prata em Capina Grande é impossível não lançar os primeiros olhares para a linda Igreja que está ao seu lado, a qual também recebe o nome da mesma santa. Perto dessa igreja, a referida escola se não fosse o olhar mais atento e a movimentação dos alunos entrando e saindo, poderia até passar despercebida aos nossos olhos diante da vistosa igreja. O que em partes reflete a simplicidade característica das instituições escolares públicas no nosso país.

Os luxuosos vitrais da igreja adornam as janelas com representações de cenas bíblicas, a sua alta torre, denotando poder e domínio, nos faz ficar tontos de tanta admiração, o seu relógio, quantas vezes nos serviu de ponto de orientação, enfim, o entorno dessa igreja, para todo aquele que tem a experiência de vê-lo e vivenciá-lo não demorara muito para perceber o quanto esse espaço através dos seus signos refletem uma pedagogia que de neutra não tem nada.

Quando estagiamos em 2018 na referida Escola Nossa Senhora do Rosário, a professora que nos recebeu informou que o pequeno espaço da sala de aula na qual se daria o estágio, era vestígio da antiga arquitetura, ou seja, dos espaços que eram reservados para as atividades religiosas, por essa razão explicava-se o motivo da inadaptação da sala de aula, e da falta de ventilação naquele ambiente. A partir desses primeiros contatos, achamos instigante trabalhar aspectos da cultura material de uma instituição educacional que desde os seus primórdios esteve envolvida nas relações de poder, as quais envolvem educação, religião e urbanização.

Dito isto, é importante considerarmos as discussões dos estudiosos Viñao Frago e Escolano (1998), ao afirmarem que: “não apenas o espaço escolar, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades tem de ser analisadas como um elemento curricular”. Uma vez que a localização destes espaços é por si mesmo parte do programa cultural e pedagógico internalizado pelo espaço e pela arquitetura escolar, buscaremos compreender essa forma silenciosa de ensino presente no currículo oculto tal como pensam Frago e Escolano (1998), que visa o controle dos movimentos e dos costumes. Eles

¹Atual E.E.E.F Nossa Senhora do Rosário localizada na Rua Nilo Peçanha, 250, Bairro da Prata. Campina Grande - PB. Todavia a partir de agora nos referiremos a ela como Grupo Escolar do Rosário como era conhecida nos seus primórdios ou simplesmente O Rosário como é popularmente chamada atualmente.

compreendem arquitetura dos espaços escolares como lugares isentos de neutralidade, pois também a arquitetura e o seu entorno medeiam o conhecimento

Jorge Larrosa (2017) nos diz que a experiência é o que dá sentido à educação, mas é preciso que o sujeito da experiência esteja atento a vivenciá-la, a observar mais com calma o que lhe passa, caso contrário lhe passara despercebido devido à pressa e à correria características da modernidade que nos impede de sermos tocados e transformados. Portanto, “a experiência é o que nos toca” (2017). Suas contribuições são importantes porque nos levam a pensar, analisar e perceber que a arquitetura dos espaços educacionais e seu entorno jamais são neutros.

Nelas estão contidos discursos que instituem na sua materialidade um sistema de valores, como ordem, disciplina e vigilância, é interessante analisar o espaço escolar enquanto um constructo cultural. Para analisar o disciplinamento e a vigilância produzidos pelos espaços escolares é interessante tomar posse das contribuições de Michel Foucault (2013), o qual nos diz que assim como as clínicas e presídios, as escolas, através da sua arquitetura, também é vista como um espaço disciplinar.

Este trabalho vale-se do campo problematizador proposto pela Nova História Cultural para problematizar práticas culturais cobertas de intencionalidades, a exemplo das arquiteturas que norteiam os aspectos escolares. Nos valeremos também das contribuições intelectuais de Dominique Julia, a qual conceitua cultura escolar como:

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; *normas* e *práticas* coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, P.10).

Como referências bibliográficas, pautaremos-nos em Costa (2012), Oliveira Silva (2016) e Agra do Ó (2006), entre outros que trabalham sobre o contexto educacional de Campina Grande no período estudado. Este penúltimo trabalha sobre a cultura material da escola do Rosário de Alagoa Nova.

Metodologicamente, daremos ênfase à análise de fotografias, pois estas são documentos históricos importantes que nos permitem visualizar parte da arquitetura dos edifícios aqui abordados. As fotografias utilizadas como recurso metodológico durante certo tempo foram

negligenciadas pelos pesquisadores, os quais até aproximadamente a década de 30 preferiam as fontes positivistas, vistas pelos historiadores como fontes fidedignas.

Porém com o alargamento da compreensão e uso das fontes propostas pelas novas correntes historiográficas, as fotografias passaram a ser vistas não apenas como mera ilustração, oferecendo-nos novas possibilidades de compreensão dos temas estudados, “a fotografia ganhou espaço como recurso metodológico importante, constituindo-se num meio que tem permitido desvelar alguns aspectos da cultura escolar”. RIBEIRO e SOUZA (2012).

Contudo é necessário também analisarmos os contextos humanos da época para uma melhor análise das fotografias, pois ao longo da pesquisa o pesquisador pode se deparar com a falta de dados relativos a fotógrafos, datas, bem como a má conservação das fotografias. Muitas vezes, elas trazem poucos dados de identificação, o que caracteriza boa parte dos acervos das escolas públicas. Por isso utilizaremos outras fontes tais como blogs, importantes para a pesquisa por trazer recortes de documentos relevantes para nosso tema, recorreremos também a fontes escritas, tal como o documento “A Mensagem”, produzido pelo então governador da Paraíba José Américo de Almeida. Essas fontes aqui serão analisadas como documento monumentos, confirmamos que a produção de fonte imagética ou escrita nunca é desinteressada, admitindo-se a intervenção de interesses individuais ou coletivos.

De acordo com os estudiosos aqui já citados e outros que aqui serão abordados, buscaremos no decorrer deste trabalho analisar o conjunto de ideias onde entrecruzam-se a Igreja do Rosário e o Grupo Escolar do Rosário e sua relação com a cidade entre 1940 e 1950. Dito isto, entendemos que através dos seus espaços essas instituições produziram ou, pelo menos, tentaram produzir sujeitos disciplinados, normatizados e regulados pelos seus discursos, sempre tão presentes na vida cotidiana desses sujeitos. Os discursos que circulam neste ambiente escolar, mesmo de forma silenciosa, contribuíram para o disciplinamento dos campinenses.

Dito isto, no 1º capítulo discutiremos acerca do contexto educacional de Campina Grande, dando ênfase aos discursos onde se entrecruzam ideias sobre a educação que deveriam estar em consonância a partir do viés do progresso. No segundo Capítulo, analisaremos a Irmandade do Rosário e sua relação com a cidade de Campina Grande percebendo a urbanização e transformação desses espaços. E finalmente no 3º e último capítulo, analisaremos

a arquitetura escolar do novo espaço da igreja onde curiosamente foi instalada uma escola com o mesmo nome da santa padroeira da Igreja.

CAPITULO I: EDUCAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM O PROGRESSO: DISCUSSÕES SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL DE CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 50

A partir da sociedade moderna, a instituição escolar passa a ser vista como sendo principal responsável pela educação das crianças. As famílias acabam por transferir a responsabilidade de educar seus filhos para a escola, implicando em uma relação íntima da escola com educação, chegando até mesmo a confundirem-se, pois, não tem como falar em educação sem vir logo a nossa mente a escola.

A ideia de compreensão da escola, vista como formadora educacional principal dos sujeitos, tende a ganhar impulso estando ainda mais centrada nos padrões urbanos, pois com o avanço do processo de urbanização e industrialização, a expansão escolar tende a ser mais acentuada nos grandes centros urbanos. Como explicita SAVIANI (1994), “Esta é uma questão que ainda hoje está presente, ou seja, o desenvolvimento da escola vinculado ao desenvolvimento das relações urbanas”.

Criou-se para si e para os sujeitos da educação, nessa sociedade, um modelo de educação que atendesse aos anseios capitalistas. Em Campina Grande, na década de cinquenta do século passado, não foi diferente, pois havia a “concepção de que a educação era entendida como o meio pelo qual os campinenses seriam preparados para o desenvolvimento”. (AGRA DO Ó, 2006).

Esta sociedade dita moderna, pautada em princípios burgueses de progresso e motivada por inúmeros interesses advindos do avanço do processo urbano industrial capitalista levanta a bandeira da escolarização e do progresso advindo da mesma, semelhante ao que fora acreditado pela meta narrativa educacional iluminista.

Desse modo, a escolaridade básica deveria ser estendida a todos, como também deveria ser gratuita, obrigatória e leiga. Esta educação institucionalizada é pautada em mecanismos pelos quais a Razão se instala e se difunde. A educação, nesse sentido, significa produção de racionalidade (SILVA, 2010).

A partir dessas ideias disseminadas pela modernidade, a noção de urbano remete ao progresso, enquanto que o campo está sempre associado e “permanece” ligado ao atraso. A escola enquanto instituição educativa esteve intimamente ligada às necessidades do progresso,

de produção de sujeitos racionais fabricados a partir das necessidades e dos hábitos considerados civilizados, que correspondessem à vida na cidade. SAVIANI (1994) sugere reflexões acerca de algumas diferenças entre cidade e campo:

A palavra cidade traz sempre referência ao progresso, ao desenvolvimento, enquanto o campo está sempre vinculado ao atraso, ao rústico, ao pouco desenvolvido se levarmos em conta a etimologia das palavras, isto fica claro. Assim temos *civilizado*, que vem de *civitas*- que é a palavra latina que designa cidade – da qual igualmente deriva cidadão, que designa o habitante da cidade, mas também cidadão significa sujeito de direitos e deveres, sujeito de direitos políticos. Político vem de *polis*, palavra grega que significa cidade, e daí também derivam expressões como *polido*, sujeito bem educado. Se examinarmos as palavras originárias de campo, como por exemplo *rua* palavra latina que designa campo, temos então *rústico*, rude, para designar algo atrasado, não desenvolvido. E se tomarmos a palavra *Agros*, que em grego significa campo, vamos ter *agreste*, *acre*, que significa algo agressivo, que não tem boas maneiras, que não é polido, que não é civilizado. (SAVIANI, 1994, P.4-5).

O autor segue argumentando “que a forma escolar emerge como forma dominante de educação na sociedade atual”. Assim, hoje quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola (1994). Essa reflexão é importante para se pensar o cenário educacional de Campina Grande em meados do século XX, pois esta cidade vivenciava um momento em que educação e modernidade eram tomadas como bases importantes que levariam ao progresso.

Na cidade de Campina Grande, na Paraíba, na metade do século XX, assim como em outras cidades brasileiras do período, existiam ideais de modernização e de progresso enquanto centros urbanos e não deixaram de ver e se apropriar das instituições escolares como meio de alcance aos ideais da vida na cidade.

O pensamento que pairava no momento era o de que, educados, os campinenses se tornariam sujeitos, cidadãos aptos a conviver as transformações modernas na cidade. Assim, a educação procuraria estabelecer os polos e as maneiras de possibilidade para os relacionamentos que iriam compor a nova sociedade (AGRA DO O, 2006).

Diante dos vários discursos da época que a exaltavam “Campina Grande mesmo sendo narrada nos jornais como cidade que seguia os ditames da modernidade, apresentava em seu espaço urbano características de uma cidade ainda com aspectos rurais”, como aponta ANDRADE (2012). A partir desse pensamento podemos pensar que a cidade dita pelos intelectuais da época como civilizada, moderna, desenvolvida e limpa, praticante dos ideais de progresso deveria se diferenciar assim dos aspectos rústicos e menos desenvolvidos do campo.

Talvez também por isso Campina, nesse contexto, procurava livrar-se daquilo que lembraria o atraso, vendo na escolarização dos sujeitos um bom caminho para concretização plena do desejo

de transformar-se numa cidade completamente moderna. Sobre esse momento afirma AGRA DO Ó (2006):

Entendia-se que o espaço instituído da educação – de uma certa maneira confundido com a escolarização, o que é uma indicação interessante dos limites daquele pensar – era o lócus desta transformação subjetiva, ou seja, desta re-criação dos campinenses, ainda mais porque a cidade era, naquele instante, um *polo geo-educacional*, com várias escolas [...]”.

Diante do pensamento do autor podemos entender que a sociedade campinense na época entendia que as instituições escolares eram os espaços educativos por excelência, isso também se explica pelo número considerável de escolas que ali se localizavam, o que também é um indicativo do interesse da população por educação. Nesse sentido, a escola também estaria ligada ao processo de “limpeza” pelo qual passava a cidade, funcionando como agência educativa ligada às necessidades do progresso e de hábitos civilizados, que correspondem a vida nas cidades.

Campina Grande estava, assim, inserida e embalada pelo moderno desde a reforma urbana que ocorrera na década de 1930 pelo então gestor municipal Vergniaud Wanderley (1935–1938) e (1940-1945). COSTA (2012) escreve que esta cidade vivenciava transformações no cenário urbano que buscavam “embelezá-la”. Estas transformações ditas pela autora e que “embelezariam” a cidade e a ornamentariam estavam alicerçadas em valores considerados civilizados e tinham objetivos bem definidos, por exemplo, de emoldurar a cidade nos preceitos aconselhados pela higiene, urbanização e arquitetura e que “custaram a remoção de centenas de famílias pobres, transfigurando por completo a paisagem do centro”.

Confirmando o pensamento da autora, AGRA DO Ó (2006) afirma também havia o reforço de certo discurso que ecoava “a determinadas palavras do Presidente da República, que não cansava de referir-se à associação entre educação e desenvolvimento”.

Campina Grande “progredia” tanto no que se refere ao espaço urbano, como também aos habitantes da cidade, os quais deveriam ser “controlados” para se comportarem de acordo com os ideais de modernidade e de civilização conforme sugere Andrade (2012). A cidade clamava para ser construída como “grande” não só no nome, mas também na educação. Conforme argumenta Costa:

Havia a necessidade de criar uma nova educação para os campinenses, pois as ideias que circulavam na cidade eram herdadas de regiões desenvolvidas e como consequência se pedia uma sociedade letrada, com um índice maior de alfabetização. Projetos de educação começavam a ser elaborados já que o espírito do desenvolvimentismo estava encarnado nacionalmente. O fim dos anos cinquenta, mais precisamente, em 1959, Campina grande estava inserida nas ideias de progresso,

educação e cidadania e para isso os campinenses buscavam uma nova identidade para a cidade inspirada nos debates nacionais. (COSTA, 2012, P. 39).

As ideias de educação e sua relação com desenvolvimentismo que pairavam no país estavam circulando cada vez mais entre a sociedade campinense, que não queria ficar de fora do modelo das outras regiões mais desenvolvidas. Para isso os líderes políticos tais como José Américo de Almeida e Newton Rique começam: a desenvolver projetos de educação em consonância com as novas pedagogias; pensar o analfabetismo como um grande impedimento para o desenvolvimento e por isso deveria ser erradicado; inovar no jeito de se fazer política através de documento escrito como foi o caso do então candidato a prefeito municipal Newton Rique.

Sobre isso, veremos mais adiante através das ideias inseridas nos projetos educacionais elaborados pelos então líderes políticos José Américo de Almeida e Newton Rique, como a educação especialmente aquela atrelada à instituição escolar como representante “maior” do processo educativo dos sujeitos, através de educadores e professores bem como de projetos educacionais elaborados pelos Governos federal e estadual como também as lideranças municipais através das escolas públicas e privadas procuravam o progresso por meio também da educação.

Havia entre a sociedade a ideia de que os campinenses necessitavam de instruções para viverem esses novos ares da modernidade. COSTA (2012) segue nos dizendo que “necessitava-se de campinenses alfabetizados, com um grau de escolaridade adequado para ler tais planos de governo”, ou seja, para poderem compreender e entender as questões que estavam relacionadas com a cidade e com os planos governamentais.

No tocante a essa ideia, Agra do Ó enfatiza que:

Esta produção de novos campinenses – ou pelo menos, a redefinição dos caminhos daqueles que já naquele momento habitavam a cidade – planejava-se, no melhor estilo das iniciativas *modernas* de transformação social, nos termos da preparação de uma outra educação para o povo, que deveria vincular-se definitivamente, a partir do desenvolvimento de homens (indivíduos), aos desejos de progresso e de modernização” (AGRA DO Ó, 2006, P. 111).

Ser civilizado nesse contexto significa estar enquadrado nos hábitos dos grandes centros, o desenvolvimento educacional do povo deveria estar enquadrado nos ideais de progresso bem como no de modernização. Isso nos leva a considerar que a escola juntamente com os sujeitos que a constituem teriam que se valer de suas funções educativas, as quais antes eram desenvolvidas em outros espaços, mas, que nesse momento deveria ser tratada dentro e pela escola.

Acerca dos investimentos feitos em instituições escolares, assegura-nos Louro (2001, P. 18), ‘‘Os propósitos desses investimentos escolares eram a produção de um homem e de uma mulher ‘‘civilizados’’, capazes de viver em coerência e adequação nas sociedades inglesa e brasileira, respectivamente’’. Deste modo, o sujeito ‘‘civilizado’’, de acordo com os princípios modernos de educação, seria dotado de atributos intelectuais e produzido pelos conhecimentos adquiridos na escola fundamentados em bases científico- tecnológicas.

Corroborando com esse pensamento Agra do Ó, salienta:

O cidadão era, assim, produzido como o escolar, como a criança que deveria ser levada a um espaço instituído socialmente para ser o local de transmissão dos saberes acumulados, pela tradição e pelas gerações passadas. Isto é de importância fundamental para aquele discurso : ele toma a criança como um dado natural cuja característica marcante é exatamente a dependência do vínculo com a experiência escolar. Nesta medida, a criança se define por sua dependência para com centros geradores de sentidos , centros estes que lhe darão as condições efetivas de uma vida plena e cidadã. (AGRA DO Ó, 2006, P.110).

De acordo com o pensamento do autor no que se refere ao cidadão produzido pelas instituições escolares, o cidadão campinense seria aquele que estivesse inserido no mundo escolar, ficando de fora aqueles que por algum motivo não estivessem inseridos nas instituições escolares. Investe-se nas crianças de modo que cada vez mais se fortaleça o vínculo entre escola e criança e vice-versa. Em projeto educacional elaborado pelo governador da Paraíba daquela época, José Américo de Almeida, vemos que são pensados também os aspectos dos estágios de desenvolvimento das crianças.

Acreditamos que a escola pensada como educadora intelectual dos sujeitos representava aqueles sujeitos que estavam em consonância com os padrões culturais da sociedade moderna, pois ‘‘os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados’’. Louro (2001) no entanto, Cortella acrescenta:

Por ser a cultura um produto derivado de uma capacidade inerente a qualquer humano e por todos nos realizada, e absurdo supor que alguém não tenha cultura; tal concepção, uma discriminação ideológica, interpreta a noção de cultura apenas no seu aspecto intelectual mais refinado e não leva em conta a multiplicidade da produção humana coletivamente elaborada (CORTELLA, 2001, P. 44).

Confirmando com o pensamento de Louro e Cortella, no tocante a questão da significação da cultura na vida dos homens, Pesavento (2012) acrescenta que a cultura é o conjunto de significados construídos por todos os homens para explicar o mundo. Não mais sendo entendida de acordo com a História cultural como domínio das elites como enfatizava as concepções de viés iluminista da história.

Nas sociedades modernas, o corpo passa a ocupar lugar de evidência e centralidade, passa a ser vigiado, punido, inclusive pelas instituições escolares, enquanto espaços de produção de cultura, o corpo passa a ser significado pela cultura como também alterados por ela, ficando de fora quem não estivesse inserido nas suas dependências. Assim, a escola era vista como local de importância fundamental imbuída de transmitir os saberes acumulados pela tradição e pelas gerações passadas para as crianças da cidade, afim de que estas obtivessem vida plena e cidadã.

Para viabilizar o projeto de cidade segundo os desejos de progresso e de modernidade que se pensava para Campina Grande enquanto cidade do comércio e trabalho, a educação seria instrumento de muita serventia, a esse respeito Andrade (2014) enfatiza:

O pensamento de políticos e intelectuais durante o século XX estava embasado pela ideia de movimento e mudança que tinha na educação a “ferramenta” de um progresso que habilitaria os sujeitos para o conhecimento e para o trabalho, viabilizando em Campina Grande um projeto de cidade que se queria instaurar – a de cidade do comércio e por isso moderna para o trabalho.(ANDRADE, 2012, P. 21).

Segundo essa percepção, percebemos a partir do que disse o autor, que a educação seria fator primordial para realização da modernização da cidade campinense, a qual deveria atentar para as preocupações com a saúde e os bons hábitos que emergiram como algo imprescindível na sociedade campinense, que clamava pela modernização, transformando não apenas os costumes, mas também as maneiras de educar os futuros cidadãos’.

A educação foi vista como princípio fundamental e essencial para a formação dos cidadãos campinenses e passou também a ser tomada como símbolo de ‘regeneração’, pois seria através dela que a população seria educada para amar a Pátria e com ela se identificar, seria por meio da instituição escolar que um sentimento de afetividade e pertencimento à cidade e à pátria seria motivado nos/nas discentes, conforme salienta ANDRADE (2014) .

Até boa parte do século XX no Brasil, o ensino de modo geral, apesar de muitas críticas e discussões que questionavam o modelo de ensino positivista, seguiu marcado pelo tradicional. Porém as novas tendências pedagógicas vindas da Escola Nova já podem ser percebidas e ‘ensaiadas’ na Paraíba em meados do século XX.

De acordo com os ideais da Escola Nova, o ensino e a aprendizagem não são tidos como processos separados como se acreditava no ensino tradicional. Ao professor cabe a tarefa principal de ensinar, através da transmissão de conteúdos procedimentos e atitudes aos seus alunos, fundamentados em bases científico-tecnológicas em vigor no período.

Na modernidade, o ensino foi visto como representação do progresso científico, numa visão linear e cumulativa bastante próxima ao positivismo, por isso não podemos falar em mudanças pedagógicas tão rápidas, pois conforme dissemos acima, o ensino no Brasil seguiu marcado pelo tradicional.

Com a renovação pedagógica proposta pela Escola Nova que chegara ao Brasil por volta dos anos 20 do século passado, com pressupostos provenientes das mudanças do processo de desenvolvimento capitalista, surgiria uma renovação na escola, essa nova pedagogia dá ênfase ao papel da criança no que se refere a aprendizagem, aprender é o seu eixo principal. Esse modelo educacional é voltado para o trabalho e o desenvolvimento econômico. E assim como em várias cidades do Brasil, Campina Grande almejava por desenvolvimento, conhecimento e educação.

No documento oficial do governo, Mensagem, produzida pelo então governador da Paraíba, José Américo de Almeida em 1º de Junho de 1955, a apresentada a Assembleia Legislativa, o líder político demonstra algumas preocupações no que se refere à educação:

O ensino público, na Paraíba apresentava entre outras duas falhas principais: a falta de um programa de ensino e a ausência de orientadores educacionais. Quanto a primeira já foi providenciada pela Secretaria de Educação a elaboração do programa oficial, roteiro através do qual se uniformizarão as atividades curriculares do ensino. Quanto a orientação educacional, já foi constituído um corpo de funcionários adestrados e portadores de títulos competentes, com a incumbência de prestar assistência continuada e metódica as professoras, tantas das quais não tituladas e sem experiência pedagógica. Encarregadas, por ofício de disciplinar o ensino, cabe-lhes através da cultura pedagógica constantemente renovada, adaptar a escola aos padrões mais modernos, em consonância com as diretrizes emanadas da Secretaria de Educação, através dos seus diversos órgãos técnicos e administrativos. Destarte, todos os Municípios do Estado serão contemplados com o Serviço de Orientação Educacional. (MENSAGEM 01/06/1955: 117-118)

A partir deste documento é possível perceber indícios de que havia o desejo por parte do Governo Estadual de implantar alguns dos novos métodos pedagógicos vindos da Escola Nova, através da renovação da cultura pedagógica bem como a necessidade de adaptar a escola aos padrões de ensino ditos mais modernos.

Percebemos que se desloca um pouco o foco do professor que antes era tido como o único responsável pela aprendizagem dos alunos e considera-se outras variantes, como a necessidade de orientadores educacionais que deveriam prestar assistência continuada e metódica às professoras., inferindo-se assim que o professor não detinha todo o conhecimento e por isso havia a necessidade de profissionais que os auxiliassem a pôr em prática as novidades pedagógicas que estavam tomando ‘‘corpo’’ naquele momento.

Notamos certa intenção do poder político em resolver problemas gerados pela falta de titulação bem como pela falta de experiência pedagógica dos professores. Sendo necessário a criação de Centros de orientação educacionais, cujos funcionários prestariam serviços de formação continuada de forma metódica as professoras. Cabendo a estas a responsabilidade maior de disciplinar o ensino, adaptando a escola aos padrões mais modernos sujeitando-se de certo modo às ordens emanadas da Secretaria de Educação.

Entre essas preocupações que envolviam a educação paraibana, vale salientar que o analfabetismo (como já dissemos mais acima nesse texto) preocupava a sociedade campinense, pois apesar da grande expressão educacional paraibana, como salienta, “a consciência de analfabetismo dominou a sociedade paraibana [...]”. MELLO (1999).

É necessário enfatizar também o que observa ANDRADE (2014, p 29) quando diz “O número de escolas públicas parecia não satisfazer à demanda da população campinense, creditando as escolas particulares como aquelas que mantiveram a instrução em Campina até os anos 1936”. Na Paraíba, o comparecimento do Estado na educação somente se tornou efetivo com os anos cinquenta, conforme aponta Mello (1999), ao dizer que:

A universidade Estadual da Paraíba, preconizada por José Américo, era então uma realidade cabendo a esse mesmo governante inaugurar o 1º colégio Estadual do bairro da Prata, de Campina Grande, datado de 1953, sobre estrutura física iniciada pelo governador Oswaldo Trigueiro (1947-1950). (MELLO, 1999, P. 6).

O Governo Estadual demonstrava estar preocupado e atento às instituições educacionais, as quais deveriam estar:

Articulando-se, organicamente, ao novo sistema de ensino, a Escola Modelo, inteiramente reformada em virtude da Lei nº. 1.168, de 28.3.55, constitui um centro de revitalização e experimentação do ensino. Em conexão com a Escola de Professores do Instituto de Educação, enseja as professorandas a aprendizagem prática das técnicas pedagógicas. Através dela se processa o ensino-padrão, ministrado por professor andas que estejam aptas, pelo tirocínio pedagógico e o contacto com as novas diretrizes educacionais, a promover o aperfeiçoamento técnico do ensino primário. (MENSAGEM, 1/6/1955 :116-117).

Em primeiro lugar, destaquemos a ênfase do documento nas professoras primárias, o texto, na maioria das vezes, sempre se refere a professoras primárias mulheres, as quais deveriam estar aptas a desempenharem seu papel, aperfeiçoando suas técnicas de ensino ao mesmo tempo em que eram levadas a entrar em contato com as novas diretrizes educacionais.

A escola-modelo proposta pelo governador compreende duas tarefas fundamentais: na primeira, as professoras são encaminhadas a acompanhar a ministração prática dos cursos, como

também manter cursos de aperfeiçoamento da profissão. Acreditamos que seja o que entendemos hoje percursos de formação continuada para essas professoras.

A educação em Campina Grande, de acordo com o que escrevem alguns autores, era talvez apresentada à população campinense como um elemento constitutivo da civilização. Pois “esta ideia era dominante no pensamento de intelectuais, escritores e jornalistas deste momento como Jose Américo, Epitácio Soares etc.”. (PIRES 2012). Percebemos a existência de certa preocupação em reforçar na Paraíba como também em Campina Grande a ideia de um Estado e uma cidade em sintonia com a cultura educativa, pois:

A sociedade, nestes movimentos, pedagogizava-se, na medida em que o Estado, legitimado pelos discursos modernos da Economia Política, e precisando administrar populações e produções em crescimento e diferenciando-se rapidamente, procurava tornar-se sujeito de uma intervenção qualitativamente diferente de tudo quanto já havia sido tentado até então” (AGRA DO Ó, 2006, P.115)

Na política local do período, também havia preocupações voltadas para o setor educacional conforme aponta Costa:

No entanto, em torno das agitações de questões educacionais e desenvolvimentistas, os candidatos a prefeito de Campina Grande confeccionavam programas de governo que oferecessem planos para repensar a educação campinense. Sendo percebida como uma das experiências que deveria ser refletida, a fim de que se tornassem caminhos necessários para o desenvolvimento campinense. Portanto a atitude de Newton Rique de divulgar o plano de governo por escrito foi mais uma estratégia a seu alcance, de evidenciar o debate sobre as questões educacionais dando a ler as palavras da pedagogia. (COSTA, 2012, Pgs. 39-40).

Percebemos que nos homens da política também havia o desejo de naturalizar essas novas práticas, ou seja, através da escrita, inovar, modernizar e civilizar os campinenses, tanto é que o candidato a prefeito municipal de Campina Grande Newton Rique, nesse período, inova o jeito de fazer política na época ao lançar planos de governo por escrito, transformando desse modo a cultura dos discursos nos palanques.

Ideias como essa, reforçavam o discurso recorrente de que a cidade queria se construir como grande também na educação e nas práticas de leituras. Pois nesse contexto [...] “entendia-se que “ser civilizado” como sinônimo de estar mais de acordo com o modelo de necessidades dos grandes centros”. PIRES (2012).

ANDRADE (2012), ao analisar aspectos da educação em Campina Grande durante as décadas de 50 e 60, enfatiza que esta cidade estava vivenciando o auge do discurso nacional desenvolvimentista. O qual almejava transformações rápidas e continuadas, condizentes com os ideais de progresso incessante.

Os habitantes da cidade eram “controlados” de modo que eram levados a se comportarem de acordo com os ideais de modernidade e de civilização. Na política local, o candidato a prefeito Newton Rique “diria no seu programa, aquele era o tempo de levar o progresso, com a industrialização, a todas as camadas da sociedade”. (AGRA DO Ó, 2006).

Acerca do contexto de Campina Grande na década de 50, vejamos o que nos diz Montenegro:

A década de 50 foi de significativo desenvolvimento para a cidade de Campina Grande, cuja população em termos quantitativos, o número de habitantes, de indústrias, e de lojas de comércio, somando-se a sua importância de polo do comércio do algodão, fazia da cidade um centro econômico indubitavelmente muito importante. Sua importância econômica para o estado era tão evidente que se dizia a época, que a Paraíba tinha, respectivamente, duas capitais : administrativa em João Pessoa , e a financeira em Campina Grande. (MONTENEGRO, 2003, P. 1).

A partir da citação acima podemos imaginar uma cidade que tinha tudo para se desenvolver mais e mais, pois é descrita como populosa, com significativo número de indústrias como também se tornara um polo comercial estável, sendo considerada na época uma das capitais da Paraíba.

Nesse período, COSTA (2012) enfatiza que Campina contava com instituições educacionais expressivas como o Colégio Alfredo Dantas, o Gigantão e o Nossa Senhora do Rosário, fundado um ano após a inauguração do Gigantão. Sendo estes últimos inaugurados na gestão do então governador Jose Américo de Almeida. Atualmente essas instituições ainda funcionam e estão localizados no Bairro da Prata em Campina Grande.

Como já expusemos, a aparição do Estado na educação torna-se mais efetiva com os anos cinquenta. Pois conforme argumenta ANDRADE (2014), a quantidade de escolas públicas parecia não dar conta da população campinense, creditando as escolas particulares como aquelas que mantiveram a instrução em Campina Grande até os anos 1936.

Naturalmente havia nos campinenses a crença de que a educação na cidade era muito falada e se manifestava, sobretudo, nas instituições educativas, as quais eram vistas e utilizadas para o exercício que as novas tarefas que o capitalismo exigia, pois:

Agora tornava-se mister do Estado a reordenação dos saberes e do ser dos homens, de sorte a que as produções culturais devessem perder a sua heterogeneidade em nome de princípios teleológicos – geralmente fundados no discurso de nacionalidade – que os disciplinarizariam e os remeteriam unicamente a referentes representados pela vontade expressa do Estado. (AGRA DO Ó, 2006, P. 115).

O Estado age através das instituições escolares com o que Foucault nomeou de vigilância, ou seja, gerindo e controlando os corpos. Desde as primeiras series, as crianças eram

condicionadas pelo Estado e pelas empresas a transformarem-se em bons trabalhadores a fim de atender aos interesses do desenvolvimento capitalista. No tocante ao ensino Primário, vejamos como ele é direcionado a educação das crianças:

A divisão de Orientação e Pesquisa educacionais, cujo principal objetivo consiste em realizar estudos científico sobre : a) a criança abrangendo todos os aspectos de sua personalidade , com reflexos no processo educativo; b) a aprendizagem- princípios e leis, instrumentos e processos , conteúdo e eficiência;; c) o meio escolar , na sua organização e relações com o meio social. Para preencher as finalidades a que se destina, dispõe a Divisão dos seguintes serviços : a) Pesquisas Pedagógicas ; b) Medidas e Programas , através das fontes subsidiárias da estatística e do cadastro de rendimento escolar; c) Orientação educacional. MENSAGEM, 1/6/1955 :116).

A partir dessa percepção, percebemos que teoricamente o lugar do aluno no processo didático ganha visibilidade, sendo mais valorizado, centralizado e por isso se faz necessário a realização de estudos científicos sobre diversos aspectos da personalidade da criança. Levam-se em conta os estágios de desenvolvimento da criança, pois estes refletem diretamente na aprendizagem dos alunos.

Há uma maior preocupação em investir em outras pedagogias tais como atividades extraclases para promoção do ensino. A educação, de acordo com esse ponto de vista, não se restringe apenas à sala de aula e o conhecimento transmitido pelo professor. Ela deve ter vínculo com o repertório cultural dos alunos. Nesse contexto, o professor passa a visto como mediador da aprendizagem e não detentor de todo o conhecimento como abordado pela pedagogia tradicional.

Nota-se que houve uma aproximação entre a educação e os ideais desenvolvimentistas no Brasil no final da década de cinquenta. A educação a partir da modernidade foi imbuída de instruir, educar, moralizar e civilizar, pois, havia a crença de que uma sociedade moderna seria a escolarizada. Esse ideal era reforçado pelo Estado através de políticas educacionais como também pelos intelectuais da época como, jornalistas, advogados e demais letrados que viam na educação um caminho certo para o pleno desenvolvimento da cidade como também para concretização de seus desejos.

CAPÍTULO II: A IGREJA DO ROSÁRIO E SUA ESCOLA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E CONTROLE DOS ESPAÇOS

No Brasil, desde o período colonial, a tradição cristã constitui as igrejas em seus principais espaços de mediação entre os homens e o sagrado. Com esse objetivo entre tantos outros surgiram as irmandades, instituições sócio religiosas importantes na América portuguesa, desde os tempos de colônia.

De acordo com EPAMINONDAS CÂMARA (2006) “ Quase todas as cidades e vilas brasileiras dos séculos dezoito e dezenove tiveram irmandades do Rosário e igrejas da mesma invocação”. Em relação à Paraíba, Câmara afirma que as irmandades do Rosário estavam localizadas em João Pessoa, Pirituba e Campina Grande.

Essas irmandades integravam homens, mulheres e crianças e “funcionavam como um sistema ajustado de beneficência, culto, devoção e legitimação de práticas religiosas oriundas de tradições dos povos africanos”. (PEREIRA JÚNIOR, 2009). É importante salientar que essas práticas religiosas vindas da África passaram a ser resignificadas na América portuguesa, dentro das irmandades de negros, em particular as do Rosário e São Benedito.

Considerada a padroeira dos negros, Nossa Senhora do Rosário fazia parte do universo religioso dessas irmandades tão presentes na Paraíba. A adoração das imagens santas se fazia presentes tanto nos altares das igrejas, durante as festas como também nas procissões. Nesse sentido, entendemos que a igreja constitui uma pedagogia no campo religioso, pois os negros, ao ingressarem nesse espaço, resignificaram suas práticas religiosas para não perderem suas tradições africanas.

Dito isso, buscaremos tratar sobre a relação entre a igreja e a educação, pois ambas andaram lado a lado na América portuguesa desde a Colônia. Buscaremos refletir sobre as práticas pedagogizantes produzidas por ambas através dos seus espaços. Pois entendemos que essa relação entre Igreja e Educação é importante para percebermos a pedagogia produzida nesses espaços através das imagens dos santos e santas, e da arquitetura desses espaços por exemplo.

A educação no Brasil em seus primeiros séculos esteve sob o cuidado dos jesuítas, por isso seus lugares confundiam-se com espaços religiosos. Posteriormente, segundo afirma GONÇALVES (2012), “A secularização do ensino trasladou o lugar da educação das casas

religiosas para a casa dos professores”, e caso estes não tivessem moradia, o poder público alugava uma casa que além de abrigar o ensino seria também morada do professor.

No decorrer do século XX, a arquitetura dos espaços escolares, consolidava-se através de etapas que a foram enriquecendo, sobretudo com a institucionalização da Educação como tarefa do Estado, levando a uma maior padronização dos edifícios escolares. E é dentro desse contexto de transformações, que passamos a analisar a parte externa da arquitetura desses templos do saber, diga-se a Igreja e a escola, aqui abordadas como produtores de uma pedagogia que ditava regras, normas e disciplinamentos no espaço urbano que se delineava em Campina Grande.

Em Campina Grande, na Paraíba, a educação, na década de cinquenta ganha expressiva visibilidade do Estado, que com interesses bem definidos buscava a modernidade e seus signos a todo custo. Os governantes paraibanos se preocupavam em demonstrar uma imagem da cidade em pleno desenvolvimento, em consonância com os ideais de civilização e modernidade pensados pela elite. Em seu trabalho, intitulado “A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História” o historiador Severino Cabral Filho afirma:

Aqueles que pensaram a modernização em Campina grande não poderiam deixar de buscar inspiração nos modelos das matrizes europeias e americanas e nas demais experiências realizadas. (CABRAL FILHO, 2009, P. 46)

Londres e Paris foram referências para o Brasil, quando se tratava de modernização das cidades brasileiras desde o início do século XX, a exemplo do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, porém vale salientar que o processo de urbanização de Campina Grande acontece de forma lenta, conforme nos assegura CABRAL FILHO (2009), “Em Campina Grande o que poderíamos denominar de processo de modernização ocorreu a ritmos outros, diferentes daqueles caracterizados pela velocidade e pela multidão”.

No entanto, na primeira reforma urbana operacionalizada por Verniaud Wanderley, a cidade passava por transformações visando um “embelezamento” e que foram executadas paralelamente às obras complementares de conforto e segurança destinados ao bem-estar da população.

Mesmo que as opiniões de época não fossem unânimes, o então prefeito modificou o cenário urbano, demolindo alguns prédios considerados antigos para o período e instalando novos prédios, com arquiteturas semelhantes às das cidades europeias, afim de retirar do espaço urbano os prédios que lembrassem, através da sua arquitetura, o passado.

Ainda nas décadas de 50 e 60, conforme as pesquisas de Romerino de Souza Andrade (2012) e Fernanda Pires da Costa (2012), no pensamento da elite da época, fazia-se necessário excluir muita coisa do cenário urbano, que remetesse ao atraso do passado, para reconstruí-lo a partir do viés do progresso. Traços estes que deveriam aparecer nas feições de seus habitantes e dos espaços urbanos. Mas também havia um outro projeto se delineando nesse contexto de mudanças, que era o controle comportamental dos cidadãos de acordo com os ideais de modernidade e de civilização. (ANDRADE, 2012).

Em relação com a arquitetura dos prédios do centro da cidade, esta deveria também se adequar aos ideais de uma cidade moderna e civilizada, sendo modificada e modificadora do espaço urbano por excelência. Tal como aconteceu na reforma urbana operacionalizada por Pereira Passos no Rio de Janeiro que sofrera influências de urbes europeias como Londres e Paris que haviam passado por reformas urbanas ainda no século XIX, Campina Grande modificou muito a arquitetura dos seus prédios, principalmente os do centro da cidade.

Aos olhos dos seus contemporâneos da década de 1960, a cidade estava crescendo. Em meio a esse contexto, os discursos de urbanização e de higienização vão reforçando as transformações em curso desde a primeira metade do século. Isso pode ser visto com a abertura do curso de Medicina, que passa a atrair pessoas de outras cidades:

Com a instalação da Faculdade na “Rainha da Borborema”, Campina Grande passa a ser um espaço que atrai alunos vindos de várias cidades do interior paraibano e de outras urbes brasileiras, tornando um espaço urbano de referência no âmbito da ciência médica durante as décadas de 60 e 70 (ANDRADE, 2012, P.42).

Mas a cidade também teria que resolver outros problemas urbanos, pois ainda segundo o autor:

Nesta nova cartografia cosmopolita, uma cidade que estava em ritmo de progresso e civilidade deveria mostrar uma imagem de um centro urbano moderno, retirando, dessa maneira, tudo o que prejudicasse o desenvolvimento da cidade, tais como os mendigos, sujeira nas ruas, arquitetura da monarquia, ou seja, deveria retirar o que representava o antigo e expor o que era novidade [...] (ANDRADE, 2012, P. 41).

Toda esta modificação pela qual passava a sociedade campinense, acreditamos que causava mudanças nas sensibilidades das pessoas que viveram aquele período, por exemplo, com a demolição de certos prédios antigos como igrejas e escolas, modificou-se a rotina dos fies que rezavam em determinado templo. Nesse contexto de transformações urbanas na primeira metade do século, houve a própria demolição da Igreja do Rosário, que saiu do espaço central, ao lado do cinema Capitólio e foi reconstruída no bairro da Prata.

Os pedintes que sempre tiveram nos templos religiosos como espaços em que podiam mendigar em volta deles começariam a procurar outros lugares, sem contar que, a arquitetura moderna causava certos estranhamentos às pessoas do meio religioso, pois estas ainda não estavam tão habituadas e familiarizadas a esses novos estilos arquitetônicos das novas igrejas. Nesse sentido, aos poucos as igrejinhas iam deixando de ser simples e passavam a ser mais auspiciosas e arquitetonicamente modernas.

Dentro desse contexto de transformações urbanísticas, a vida social dos sujeitos que moravam nessas redondezas era afetada na medida em que os tempos presentes eram marcados por práticas seculares e laicas, conforme aponta CABRAL FILHO (2009):

Vergniaud Wanderley que se dizia ateu, e tomando para si a tarefa de promover a erradicação daquilo que ele considerava feio para a avenida [...] na velhice afirmou que consultara vários arquitetos quando das suas obras de reforma urbana na cidade “como também “ guiara-se pelos próprios instintos ou pela ‘sua cabeça’”.

Essa concepção de mundo e estética em vigor, nesse período, era pautada em tendências autoritárias e interferiram na organização dos espaços centrais da cidade, bem como no cotidiano da população afetada pelas mudanças modernizadoras. Vejamos a imagem a seguir:

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, antes de ser de ser totalmente demolida em 1940. Campina Grande.



Considerada um monumento centenário, a igreja do Rosário antes mesmo de ser totalmente demolida no início dos anos 40, começa a sofrer anos antes com os desmontes

advindos da política “embelezadora” de Vergniaud. Esse templo religioso, aos olhos das autoridades políticas, lembrava o passado e conseqüentemente o atraso, e por isso deveria ser demolida, assim como também foram outros tantos edifícios fossem políticos, sagrados ou profanos.

Nesse sentido, a igreja era um templo religioso cuja arquitetura estava associada ao passado colonial, com o qual não mais “combinava” com os tempos presentes, em que a elite experimentava e vivenciava novas práticas seculares e laicas, advindas de suas formações fora do ambiente religioso.

Na avaliação de Cabral Filho (2009), na imagem acima percebe-se que na igreja há influências da arquitetura monárquica. Com a parte frontal quadrada, contendo três portas verticais, sendo uma principal e, portanto, maior que as demais por onde os fiéis entravam, na parte superior dessas portas há formas como de arcos na parede, e mais acima, existem duas janelas que estão posicionadas em cima da porta central. Há duas torres acima da igreja, em uma delas está localizado o sino.

No geral temos uma arquitetura pobre, sem tonalidade artística e semelhante ao estilo romano simples. A frente do templo é cercada pelo meio fio e ao olharmos atentamente percebemos poucas pessoas que caminham em frente e próximo a igreja. Essa imagem capitada a partir de registro fotográfico confirma o pensamento de Severino Cabral Filho, que em seus estudos sobre a urbanização de Campina Grande aponta para um processo de urbanização mais lento comparado às grandes metrópoles.

Em seus estudos sobre a presença das Irmandades religiosas na Paraíba, o historiador José Pereira Souza Júnior (2009), afirma ter encontrado registros da presença de irmandades religiosas, nesta Capitania, a partir do século XIX, sendo possível “presenciar as construções de espaços destinados ao funcionamento das irmandades leigas”.

Estas irmandades geralmente estavam presentes em algumas vilas e cidades desta Província, e eram compostas por negros, brancos e pardos. É interessante também mencionar que o nome da igreja se refere à padroeira dos negros, Nossa Senhora do Rosário.

As mudanças urbanas acarretaram muitas transformações no espaço físico da cidade bem como na vida dos seus habitantes conforme o artigo intitulado² “A igreja do Rosário”,

² É importante ressaltar que esse artigo fora escrito no final da década de 30, porém veio a ser publicado somente em 1949.

do autor J. Fernandes Dantas, publicado na revista *Manáira: revista de Variedades*³ sobre a igreja ao ter parte da sua estrutura demolida:

Quiséssemos fazer um reparo geral na igreja do Rosário levantando o muro ora caído, caiando todo o templo e pintando as suas portas, que tudo ficaria resolvido a contenta popular e Campina Grande com mais essa igreja [...], os seus fieis, que por sua vez não faltariam com o seu auxílio financeiro para conclusão dos aludidos reparos. (J. FERNANDES DANTAS, 1949).

Embora a derrubada do muro fosse ocasionada em virtude das ideias de embelezamento do prefeito Vergniaud Wanderley e, por ele deveria ser consertada, não foi o que ocorreu. Como vimos, o apego aquele templo religioso por parte dos fiéis é grande ao ponto dos próprios fiéis não hesitarem em contribuir financeiramente para os reparos em parte ocasionados pela reforma urbana que atingiu inicialmente ‘‘pondo abaixo’’ o muro daquela igreja.

Percebemos que era preferível reparar a igreja, mesmo que para isso tivessem que mexer com os próprios bolsos do que ver aquela igreja demolida. Conforme nos assegura J. Fernandes Dantas: ‘‘É doloroso vermos o seu estado atual: a parte trazeira (SIC) do templo demolida, exposta aos abusos dos transeuntes. Não obstante isso ela é para nós um monumento centenário’’.

Os fiéis que outrora se viam regozijados em poder exercer suas atividades sagradas e religiosas naquele tempo, agora, em virtude dos indícios de sua total demolição, que acreditamos ter começado com a derrubada e o não reparo do muro, eles passam a sofrer com tamanha depravação por qual a igreja estava passando, pois aos olhos dos fiéis aquele lugar tido como sagrado por excelência desde tempos atrás, agora estava exposto a atos e abusos considerados profanos, praticados pelos transeuntes.

SILVA JÚNIOR (2009) salienta que ‘‘as irmandades do Rosário [...] aceitavam negros, pardos e brancos como irmãos, desde que professassem a Religião católica’’. Sendo assim, não é difícil deduzir que toda essa gente que formava o corpo de Cristo, desde os mais simples, como também a elite mencionada no artigo produzido por J. Fernandes Dantas, havia muitos que não se sentiam conformados com essas mudanças modernizadoras.

Diante desse contexto, essa renovação nos hábitos culturais alterava de modo significativo a rotina e o modo de vida dessas pessoas. Essa ideia pode ser confirmada, ao

³ A revista MANÁIRA: Revista de Variedades, impressa na capital João Pessoa, entre o período de 1948-1951. O que apresento aqui é um fragmento retirado do Blog Retalhos de Campina Grande. Ver ><http://cgretalhos.blogspot.com/2012/03/revista-manaira-1949-igrejinha-do.html>, consultado em 31/de05/2019.

analisarmos o relato que demonstra preocupações pela restauração da igreja do Rosário presentes no artigo da Revista Manaira:

No ponto de vista religioso ela tem a conveniência de ficar no centro da cidade às ruas comerciais pelo que seria mais fácil de vermos os nossos comerciantes aos domingos assistirem a missa.

Muitos são os motivos que os privam de ir à Matriz: a correspondência deixada pelo correio, que precisa ser lida ; um assunto comercial a discutir na “Petropolis” ou no “Zenith” de Charamba etc. E as horas se passam deixando-os esquecidos da missa de 9 horas. (DANTAS).

Além da questão religiosa, a econômica também não podia fugir das preocupações, já que a igreja além de ficar geograficamente próxima as ruas comerciais de Campina Grande - mais conveniente para aqueles comerciantes -, esta parcela da sociedade tão considerada e mencionada pelo autor, os comerciantes, com a demolição da igreja seriam direcionados para outro templo com a demolição da igreja do Rosário.

Os comerciantes estavam entre os principais dizimistas e ao que tudo indica eram eles os contribuintes da casa de Deus que depositavam as maiores quantias em dinheiro. As outras classes sociais não são mencionadas pelo autor, por que esse silenciamento já que outros irmãos eram congregados na mesma igreja e outrora contribuíram com ofertas, muitas das vezes prestando serviços dos mais diversos na igreja.

Acreditamos que muitas vezes as doações ofertadas pelos negros correspondiam a trabalhos de mãos-de-obra. Acerca de doações dos fiéis para a igreja, SILVA JÚNIOR enfatiza:

As irmandades também se empenharam em estimular nos devotos a doação de esmolas, além do pagamento mensal e anual que já estava posto nos compromissos como uma obrigação. As esmolas representavam simbolicamente a caridade estimuladas nos irmãos pelas irmandades, pois delas dependiam as festas, os enterros, o zelo pela irmandade, as missas, suas velas, os reparos na estrutura física etc. (SILVA JÚNIOR, 2009, P. 6).

A demolição da igreja causaria mudanças também no setor financeiro dela, e talvez disso resulte a maior preocupação de J. Fernandes Dantas, pois ao mudar de lugar a igreja, dependendo do bairro para onde fosse deslocada, poderia passar por dificuldades financeiras, tudo seria inserto já que o público de fiéis e ofertantes mudariam consideravelmente.

Por estar situada geograficamente nas proximidades do comercio das ruas principais, os comerciantes encontrariam mais facilidades de pertencer a uma igreja que estivesse mais próxima. Outra preocupação que a demolição da igreja causaria estava relacionada ao “ponto de vista histórico, justificamo-lo apenas em achar justo a conservação dessas obras que nos dão uma lembrança dos tempos que já se foram”. J. Fernandes Dantas P. 38.

Essas lembranças do tempo passado que “teimavam” e incomodava o pensamento de autoridades como o prefeito Verniaud Wanderley que desejava e retirava o que representava o antigo na cidade, afinal o centro da cidade deveria mostrar que estava em ritmo de civilidade e progresso, retirando os símbolos que lembravam o passado.

De acordo com Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza (2003), toda essa transformação na cidade “Era uma medida que atingia diversas ruas, mas que teve maior repercussão ao ser implantada na Rua Maciel Pinheiro”, justamente, por ser ela o lugar em que morava a maior parte das elites política e comercial da cidade até por volta dos anos 30. Como também, ali foram instalados os primeiros cinemas, teatros e etc.

A igreja do Rosário funcionava no velho prédio juntamente com o foro local, situada a praça do mesmo nome próxima à Rua Clementino Procópio. Após ser demolida em 1940, passa a ser localizada até os dias de hoje no Bairro da Prata.

Figura 2 - Matriz do Rosário após a construção da torre.



Acervo disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=igreja+do+rosario#.XQP3YohKjIU>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

Construída em terreno doado pela família do então prefeito Raimundo Viana (1945-1946) ano da sua gestão, a nova Matriz do Rosário foi iniciada pelo Vigário monsenhor Delgado, passando a funcionar em 1949, depois de receber à benção.

Após ter sido incendiada em 1956, a Igreja do Rosário passa novamente por outra fase desagradável, seus fiéis mais uma vez ficam indignados com esse novo acontecimento, pois segundo consta no site oficial da igreja, tratava-se de um ato criminoso, em que também foram roubados vários objetos “sagrados” e por milagre a imagem de Nossa Senhora do Rosário, localizada no altar mor permanecera no mesmo local. O incêndio gerou a comoção das pessoas diante dos estragos e da perda de objetos “sagrados” que foram queimados. Diante disso, a comunidade trabalha dedicadamente e, em 1959, além de totalmente recuperada contava com a torre e o relógio, o qual fora doado pelos irmãos Roldão Mangureira e José de Medeiros Camboim, conforme consta em site da Igreja.

Em relação à arquitetura, podemos perceber diferenças com arquitetura da antiga igreja. O telhado de forma triangular e sem abóbadas. Na parte frontal do templo, a quantidade de portas é mantida, sendo uma localizada no centro, ou seja, na entrada principal e as outras duas menores, uma à esquerda e outra à direita. Na torre, há uma grande cruz em evidência que é o ponto mais alto desta arquitetura e símbolo principal da religião católica denotando poder e domínio.

Duas outras cruzes estão presentes: uma na porta principal e a outra no cume da igreja. Contabilizam-se três cruzes que acreditamos simbolizar a trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. Há vitrais nas janelas e vários batentes que dão acesso à igreja.

No terreno em volta, é possível perceber, compondo a vegetação, algumas gramas como também um riacho que passa ao lado esquerdo da imagem. Embora percebamos certa intencionalidade do registro fotográfico em demonstrar uma igreja que estava de acordo com os ditames da modernidade, ele deixa escapar aquilo que não ia ao encontro com uma cidade moderna como podemos ver através do riacho e do mato, estes elementos são tidos como causadores de malefícios à saúde e demonstravam como ainda hoje demonstram a falta de saneamento básico desses lugares.

Partindo da análise iconográfica abordada por Ivanir Ribeiro e Luani de Lins de Souza (2012), afirmamos que, de acordo com as autoras, a análise iconográfica sobre a imagem envolve experiências cotidianas e também são intencionalmente registradas. Pode ser que esta

imagem tenha sido captada pelo fotógrafo nesse ângulo para servir de apelo para que os fieis contribuíssem para a resolução daqueles problemas.

Esse cenário registrado fotograficamente demonstra o contraste entre o arcaico e o moderno presentes numa cidade dita como moderna. Confirmando esse pensamento, ANDRADE (2012) afirma que Campina Grande apresentava em seu espaço urbano características de uma cidade ainda com aspectos rurais na década de 60. Em fotografia panorâmica, podemos ver que esses aspectos estavam bem presentes no bairro da Prata, onde a maioria dos prédios encontram-se ardeados por vegetações.

Figura 3 - Imagem panorâmica da área central de Campina Grande, na década de 1940, com Igreja do Rosário ao centro da fotografia.



Acervo disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=igreja+do+rosario#.XQP3YohKjIU>>. **Acesso em: 20 de maio de 2019.**

É necessário perceber que a Igreja, assim como a escola, são instituições que ao longo da história estabelecem relações ao educar alguém. Seja através da comunicação, hábitos, crenças, enfim valores que de forma geral constituem o que chamamos de educação. A partir desses espaços vemos emergir também na modernidade concepções, hábitos, normas ritos e rituais que tecem a cultura desses espaços pedagogizantes e dos sujeitos que delas fazem parte.

CAPITULO III: NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: ENTRE A FÉ E A EDUCAÇÃO DOS ESPAÇOS

Outro acontecimento memorável do dia foi o lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar do Rosário, quase anexo a igreja. Em 25 de setembro já estava construído o primeiro salão do grupo e recebeu o nome de monsenhor Borges, grande amigo e benfeitor da Paróquia do Rosário. (STENIO LOPES).

Ainda é muito comum, nos dias de hoje, encontrarmos instituições escolares compostas de diretores religiosos. Esse fato, de certa forma, indica uma tradição na relação entre ensino e religião. A história educacional de Campina Grande pode dizer que a presença de religiosos compondo a comunidade escolar foi constante nessa cidade.

Acreditamos que as famílias, em especial aquelas mais conservadoras, veem nesses espaços educativos e nos sujeitos que a administram, uma extensão da sua religião e dos ritos e rituais que a compõem, desse modo uma “boa” escola passa a ser vista como aquela que mantém vínculos entre o conhecimento religioso e o científico.

Estas escolas ainda são muito bem vistas e reconhecidas no cenário campinense. Ao exemplo, temos presentes nessa cidade escolas como o Colégio Imaculada Conceição (Damas), Escola Virgem de Lourdes (Lourdinas) e Escola Nossa Senhora do Rosário (O Rosário) como é popularmente conhecida. Além de terem nomes de santas e espaços reservados para ritos e rituais ligados ao cristianismo como imagens e mensagens bíblicas que remetem a signos do sagrado, essas escolas mantêm a direção escolar sob os cuidados de representantes religiosos ao longo da sua história.

Ocupando um lugar estratégico na cidade desde a sua origem, no bairro da Prata em Campina Grande, que atualmente é muito conhecido pelo grande número de clínicas médicas como também por abrigar escolas como o conhecido Estadual da Prata ou Gigantão e a Escola do Rosário, percebemos que o prestígio dessas escolas estão também relacionados com a sua localização urbana.

O Grupo Escolar do Rosário, fundado no governo de José Américo de Almeida em 1956, esteve localizado nas proximidades da nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário a quem pertencia e pertence o seu prédio até os dias atuais. A escola passa a atender alunos e alunas, principalmente do Bairro da Prata e Bela Vista, que se interessavam em cursar as séries iniciais.

Essa escola teve como o seu primeiro diretor o então padre Cristóvão Ribeiro da Fonseca, o qual estava imbuído nesse momento de dirigir a Igreja como também os espaços

pertencentes a ela, inclusive a escola. Nascido na Paraíba em 1934 em São João do Cariri, este religioso esteve à frente da Igreja Nossa Senhora do Rosário no período de 1947 a 1968. Nos anos de 1973, conforme consta em nota publicada no Diário Oficial de São Paulo em 07/12/2016, deixa o celibato e casa-se.

Considerado por alguns religiosos da época como infatigável construtor e empreendedor nato, esse religioso destacou-se na história da comunidade campinense sendo também diretor da Radio Caturité. Construiu também, com ajuda dos fiéis, pequenas residências cujas rendas eram destinadas a manutenção da Matriz e da casa paroquial. Nos anos que viveu em São Paulo trabalhou como motorista de praça e era atuante em movimentos sociais.

Foi muito comum a essa igreja construir prédios nas suas proximidades e alugá-los para instituições escolares, nas suas dependências físicas estabelece-se também a Escola Pequeno Príncipe sendo uma instituição educacional particular. Desse modo, as dependências físicas da Igreja iam dando lugar a um espaço educacional, o qual seria constituído por símbolos da Nação, da Pátria, mas que não se afastavam totalmente do universo religioso, pois conforme veremos adiante, no seu entorno, havia toda uma dimensão simbólica relacionada à igreja.

A arquitetura escolar envolve os espaços externos e internos do edifício no qual está inserida, sendo necessário atentar para “ a utilização didática do espaço e de seu entorno é uma característica comum a todas pedagogias denominadas ativas”. FRAGO (1998), pois ela é “[...] parte do cenário material da escola e também media os modos e os conteúdos do ensinar e aprender” GONÇALVES (2012), a fim de perceber as relações entre o espaço físico da escola e sua relação com a igreja

Quando não se tinha edifício próprio era comum ao Estado conseguir espaços dos mais diversos para o funcionamento escolar, embora não houvesse uma arquitetura própria para isso nesses locais. Eram necessárias algumas recomendações como ventilação, luminosidade, ambientes, limpos e que não oferecessem perigos aparentes para as crianças. Os espaços arranjados nem sempre estavam de acordo com a padronização dos edifícios escolares que surgem no decorrer no século XX.

Em seus estudos acerca da arquitetura escolar enquanto objeto e fonte de estudo, ao comentar acerca da institucionalização do ensino, Rita de Cássia Gonçalves salienta: “Foi a escola como instituição estatal e a obrigatoriedade da educação escolar que requereu um lugar específico com natureza e programa arquitetônico pensado unicamente como escola”. (2012).

Nesse programa arquitetônico questões como o tamanho ideal dos espaços para as crianças, das janelas e portas eram presentes.

Para a referida autora, a arquitetura escolar, conforme a conhecemos hoje, não existiu desde sempre, pois antes do século XIX, o ensino costumava acontecer nas casas dos professores, ou em casas alugadas. A arquitetura escolar passou a emergir no transcorrer do século XX passando por etapas que foram a enriquecendo como também a complexificando. Esse processo se deu com a institucionalização da Educação como obrigação do Estado, que por sua vez, viu a necessidade de planejar, desenhar e construir esses espaços destinados para fins educacionais.

Porém “A definição de lugares próprios para educação, no entanto, não significou a garantia de espaços construídos com finalidade escolar” (GONÇALVES (2012), segue enfatizando que “A história da escola e da educação escolar nos mostra inúmeras adaptações de prédios de diferentes naturezas para escolares”. (2012). É nesse cenário que o prédio onde funciona o Grupo Escolar Nossa Senhora do Rosário está inserido, em espaço arranjado pelo Estado e pertencente a Igreja que fica ao seu lado conforme mencionamos mais acima.

Não sabemos ao certo se existia no Padre Cristóvão da Fonseca - segundo vigário da Igreja e primeiro diretor do Grupo do Rosário - a intenção de fazer daquele lugar um espaço para o ensino não religioso, porém, vale salientar que esse espaço deixava de ser parte da igreja para “construir a rua, a cidade; tornava-se uma referência na paisagem urbana e um símbolo do Estado, da Nação”. (GONÇALVES (2012). Porém tentaremos mostrar como a partir do seu entorno e interior a religião também exercia muita influência naquela escola como ainda exerce nos dias atuais.

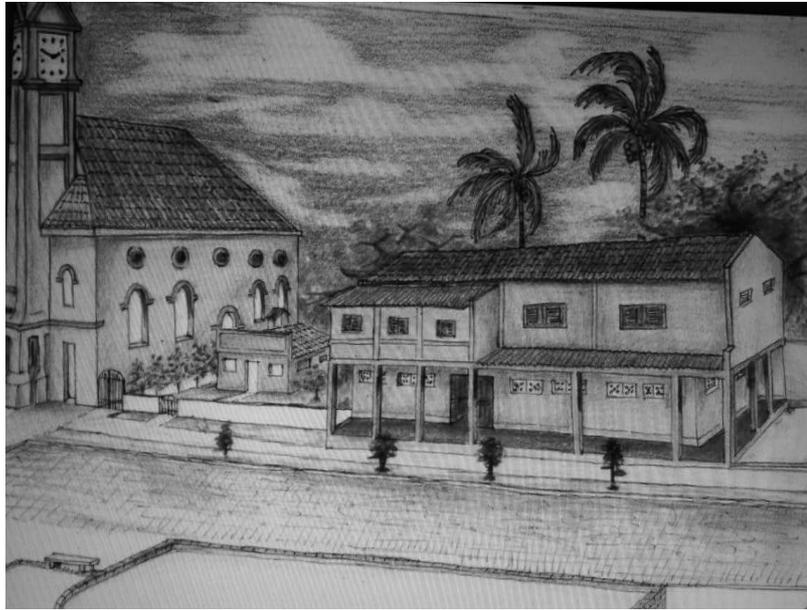
Os estudiosos Frago e Escolano (1998) afirmam também que “não apenas o espaço escolar, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades tem de ser analisadas como um elemento curricular”. No tocante a imparcialidade desses espaços é interessante observar o que diz Oliveira Silva:

[...] Podemos compreender a não neutralidade dos espaços a forma como são quadriculados, regrados e produzidos a partir de discursos que produzem um espaço positivo, o qual contribui para emergência de experiências que transformam os indivíduos (OLIVEIRA SILVA 2012, P. 62)

A partir do pensamento acima, percebemos que o espaço físico nunca é neutro, ainda mais quando ele é ocupado por uma escola que tem no seu entorno tantos símbolos religiosos.

Pois, estes também são educadores que buscam transformar e disciplinar os indivíduos, conforme tentaremos mostrar através de análise da imagem abaixo:

Figura 4 - Igreja do Rosário, casa paroquial e prédio onde funcionou o Grupo do Rosário aproximadamente década de 50.



Acervo particular de Conceição Vilar.

Podemos ver, à esquerda da imagem, a parte da Igreja do Rosário, cujo espaço físico religioso externo é adornado por símbolos cristãos e modernos, entre eles nos chamam a atenção os relógios que ficam acima da torre que por sua vez revela grandeza moral e material. Sabemos que o relógio era regulador da conduta diária dos sujeitos que por ali passavam, pois, afinal, quantas vezes os fiéis, as crianças, os pais e o corpo da escola não se ‘orientaram’ através desses ponteiros?

Até certo tempo, o relógio era tido como algo de luxo e, por não ser acessível a todos daquela época, certamente, aquele relógio deve ter servido como ponto de orientação para os religiosos. O relógio a partir dos estudos da iconologia aqui aparece associado à ideia de tempo, virtudes, vícios, prudência, negligência, que se relacionam com o seu adequado ou inadequado uso.

Nesse contexto, compreendemos a igreja como produtora do efeito panóptico do qual fala Foucault, pois mesmo estando localizada na rua, ela serve como extensão do poder. Através do seu relógio, ela regularizava, normatizava e disciplinava corpos dos sujeitos que por ali passavam. Esse mecanismo de regulação formava um tipo de aprendizagem, pois se infere que

o relógio era um dos organizadores temporais da vida na igreja e na escola que fica ao lado. Pois O tempo “organiza as primeiras percepções cognitivas da temporalidade e garante a internalização dos valores da exatidão, da aplicação e da regularidade” (Ávila Apud Augustín Escolano, 2012, P. 189).

Outro detalhe muito importante que nos chama à atenção é o fato de que nessa imagem é registrado apenas uma parte da igreja, percebemos que o pintor teve a intenção de desenhar um espaço em que a igreja não estava dissociada totalmente do contexto educacional ao lado.

Através do seu registro é possível notar que se buscou “o despertar de um determinado desejo que leva a atrair e insinuar a existência de uma determinada situação, aguçando a percepção de uma criação de imagem a ser guardada como memória de um momento registrado”. RIBEIRO e SOUZA (2012). Nesse sentido, o artista buscava atrair um maior público escolar ao demonstrar uma escola perfeita para a época, ou seja, a função educacional e religiosa em espaços bem próximos.

O prédio, onde funciona até hoje o Grupo Escolar do Rosário, é um prédio de primeiro andar, embora em conversa com uma fiel da igreja, nos foi informado que inicialmente no grande salão de cima eram realizadas atividades religiosas por um clube de jovens da igreja que fundou a Associação Juvenil da Prata, neste espaço havia inclusive um coral.

OLIVEIRA SILVA (2016) afirma que “[...] espaços sobrepostos faziam parte da instituição criando o simbolismo de um espaço utópico, puro, pedagogicamente eficiente e sagrado”. Também aponta que “A característica de repartir minuciosamente o espaço escolar tornou-se marcante na arquitetura da escola moderna”.

Essa repartição espacial citada acima pode ser observada no Grupo Escolar do Rosário, onde cada espaço possuía sua função correspondente. Deste modo, a parte inferior do prédio era responsável por hospedar os alunos, professores e demais funcionários da escola através das salas de aulas e outros espaços enquanto que na parte superior realizavam-se os ritos do campo religioso.

Com parte inferior retangular, circundado por varandas e colunas que davam sustentabilidade ao andar superior, nesse espaço podemos contar oito (8) janelas horizontais que possibilitavam a entrada da luz natural e da ventilação para dentro dos espaços da escola. Entre esses espaços estavam as salas de aula; em frente ao prédio há pequenas arvores e estas diferem da árvore da casa paroquial por não ter frutos.

Na parte de trás do grupo escolar, há pés de coco e grandes árvores, no fundo há um imenso céu azul. No pátio não vemos atividades extraclases sendo realizadas nesse período. Essa aproximação com a área verde, ou seja, a natureza [...] favorece entre outras ações e estímulos [...] o ensino ativo a utilização didática do entorno, a contemplação natural e estética da paisagem, a expansão do espírito e dos sentimentos, o desenvolvimento da moral. FRAGO (1998).

Podemos pensar que, neste cenário, o pintor teve a intencionalidade de registrar um ambiente perfeito para o ensino, lugar calmo, tranquilo e muito arejado. O vento que balança as folhas dos pés de cocos passaria pelas muitas janelas das salas daquele prédio, pois não havia muro para impedir o vento nem para dificultar a entrada da luz, pois a “primeira escola é vida e os locais que ela se instala estarão abertos ao ar e ao sol”. FRAGO (1998).

Nesse sentido, passa-se uma ideia de organização, disciplina e harmonia, pois “A educação assumida como tarefa do Estado exigia um espaço próprio que, pela arquitetura, identificasse sua função social e a distinguisse de outras no cenário urbano”. GONÇALVES (2012). Em outras palavras um bom prédio escolar significava um bom governo e embora funcionando em prédio arranjado, deveria ter boa ventilação e iluminação natural além de simplicidade assim como às crianças.

As escolas além de serem utilizadas e vistas como educadoras da população por excelência, muitas delas possuíam estrutura física que mantinha relação com a urbanização. O movimento da Escola Nova, conduzido por intelectuais da educação, ganha destaque nesse período e a educação era apresentada como alavanca que ergueria o país à condição de nação, GONÇALVES (2012).

Os espaços destinados à educação escolar deveriam estar em conformidade com os ideais de progresso e ciência bem como com a expansão da indústria, por isso era preferível que os prédios fossem arejados, ventilados, iluminados e limpos, pois eles seriam indicadores também de um bom governo. Seguindo estes ditames a escola estaria ajudando a construir um cidadão brasileiro apto a vivenciar os caminhos da modernidade que dependiam da ação educativa produzida pela escola.

Percebemos que esse espaço religioso intencionalmente ou não, através de elementos presentes na sua arquitetura, contribuiu para fortalecer o espaço ideal em que uma escola deveria estar localizada, ou seja, longe das coisas mundanas e, ao mesmo tempo, aos olhos e

vigilância de Deus, que mesmo estando do lado de “fora” da escola, com sua onipresença estaria a vigiar quem fugisse às regras, como também através dos relógios que do alto da torre ditavam o tempo, que regulou, disciplinou e normatizou regras e condutas dos sujeitos que paravam no tempo para olhar, admirar, e “consertar” suas horas.

Constatamos também que embora não possuísse uma arquitetura padronizada, típica de escolas a partir do século XX, o Grupo do Rosário mesmo que seu edifício não pertencesse ao estado, diferenciava-se de outros espaços que compunham o cenário urbano, fosse pelo número de janelas ou pelos ideais de harmonia, e limpeza característicos dos espaços destinados à educação.

Estudos e pesquisas atuais têm revelado que a arquitetura escolar⁴ produz espaços pedagogizantes. Através desses estudos bem como do contato com esses espaços, percebemos que o edifício escolar nunca é neutro, e nos revela muitos aspectos dos lugares onde estão inseridos. De acordo com os estudiosos Frago e Escolano (1998), o edifício escolar comporta discursos carregados de valores, ordem, disciplina e vigilância, como também diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos na sua arquitetura.

Esse espaço educador que os autores mencionam é onde também estão imbricadas as inovações pedagógicas que, por sua vez, são frutos do interesse de diversos atores sociais. Portanto, os lugares educativos estão dotados de significados, conteúdos e ensinamentos que fazem parte do currículo oculto.

As intenções pedagógicas presentes nesses espaços podem passar despercebidas aos nossos olhos, quando não paramos para analisá-las através de um olhar mais calmo e demorado, sem agitação que é um dos fatores que impede o sujeito de viver a experiência que por sua vez nos auxilia a pensar a educação, segundo o pensamento de Jorge Larrosa (2017).

Nesse sentido, entendemos que a arquitetura escolar a partir dos seus símbolos material e simbólico presentes no interior, bem como no entorno dos espaços educativos constituem e fazem parte do denominado *currículo oculto*⁵ constituindo parte significativa do ensino.

⁴Em resumo a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja por si mesma bem explícita ou manifesta. Vinão Frago (1998,p.451)

⁵Segundo Frago e Escolano (1998), os espaços educativos são tidos como lugares que abrigam a liturgia acadêmica estão dotados de significados e transmite uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares.

De acordo com esses autores e, outros aqui citados, buscamos, analisar esse conjunto de ideias onde entrecruzam-se a Igreja do Rosário, a Escola do Rosário e sua relação com a cidade, na década de 1950. Entendemos que através dos seus espaços estes edifícios produziram ou, pelo menos, tentaram produzir sujeitos disciplinados, normatizados e regulados pelos seus discursos, sempre tão presentes na vida cotidiana desses sujeitos mesmo que de forma silenciosa contribuíram para o disciplinamento dos campinenses. Conforme sugere Oliveira da Silva:

O espaço escolar longe de ser apenas uma delimitação territorial voltada à instrução, também é o espaço construído discursivamente, através das normas e do currículo que o prescrevem e das memórias ligadas a este, que o transformam em lugar, espaço vivido e resignificado. (OLIVEIRA DA SILVA, P. 50).

Através de algumas fotografias que estão sendo aqui analisadas, percebemos que a arquitetura escolar do Grupo Escolar do Rosário diferenciava-se dos demais edifícios pertencentes à igreja, porém encontrava-se em dissonância com a padronização da arquitetura das escolas que emergem no século XX.

As fotografias⁶ como fontes são importantes, porque nos permitem analisar parte da cultura escolar⁷ de outras épocas, mas para isso é necessário analisá-las, compará-las com outros documentos bem como interpretá-las com certos critérios, pois assim como outros documentos históricos dessa natureza encontram-se em mal estado, muitas vezes sem datas, nomes de personagens e fotógrafos.

No caso da escola abordada aqui, a sua arquitetura, embora vivenciando algumas reformas externas e internas em seus espaços, ainda preserva aspectos da sua arquitetura original que podem ser percebidos no pequeno espaço das salas de aula e nos estreitos corredores por exemplo. Atualmente depois das reformas ela conta com algumas salas de aula mais alargadas, azulejos, mais corredores entre outros objetos considerados modernos.

Na arquitetura das escolas padronizadas que emergem no século XX, havia todo um cuidado com o tamanho do espaço ideal na sala para as crianças, localização das portas, janelas, larguras dos corredores, área e altura dos pátios. Quanto aos mobiliários, suas medidas eram

⁶Com o alargamento da compreensão e do uso de fontes históricas proposto pela Escola dos Annales, as fotografias que durante muito tempo foram negligenciadas pelo historiador passam a ganhar espaço enquanto uso metodológico indispensável para se compreender parte do cotidiano escolar, da arquitetura bem como outras possibilidades de análise conforme nos assegura Ribeiro e Souza (2012).

⁷Segundo Julia (2001) é definida como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e *práticas* coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

adequadas a cada idade e tamanho das crianças, constituindo dessa forma a “métrica da arquitetura escolar”, conforme aponta Frago e Escolano (1998).

Compreende-se que os símbolos religiosos, políticos, culturais bem como os nacionais sempre se fazem presentes no cotidiano do espaço escolar, seja pendurado nas paredes das salas de aulas, no teto, enfim nas dependências escolares, representando sempre ideais e vontades de uma época, Vinhão Frago salienta:

O edifício escola, como se sabe serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicos [...] Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais. (VINÃO FRAGO, 1998, P. 40).

Como dissemos mais acima, o diretor dessa escola foi um religioso, o padre Cristóvão Ribeiro da Fonseca, cuja imagem é presente na direção da escola até os dias atuais. Compreende-se que nesse espaço considerado lugar de poder por excelência entre os espaços escolares, existe ainda uma relação e vestígios da presença da religião católica também nas dependências internas do edifício escolar, acreditamos que ela exerce um papel de controle e vigilância ao estar posicionada acima de todos os corpos inseridos naquele espaço, assim como outras imagens e textos presentes no edifício escolar.

Para Frago e Escolano (1998) o edifício escolar “serviram de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião”. No nosso caso, nota-se que essa escola sempre esteve a serviço dos ideais nacionais, urbanos e religiosos.

Observa-se que a imagem de pessoas ilustres sempre ganham um espaço em lugares considerados superiores. Vemos que essa fotografia faz parte do cotidiano dessa escola, pois rever fotos, segundo Bittencourt (2018, P. 294), “significa lembrar, rememorar ou mesmo ver um passado desconhecido”.

Frago e Escolano (1998) afirmam que foi comum algumas escolas em outros tempos exporem uma imagem de Jesus Cristo na sala de aula e à vista das crianças. Na sala de diretoria da Escola do Rosário a fotografia do padre Cristóvão da Fonseca:

Figura 5 - Primeiro diretor da Escola do Rosário, 2019.



Acervo: E.E.E. F Nossa Senhora do Rosário

Figura 6 - Paroco Cristovao Ribeiro da Fonseca.



Acervo disponível em:

<http://www.rosario.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=150>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

O diretor da escola do Rosário aparece nessa imagem trajado com vestes de manga comprida e gola alta, demonstrando que quem exerce o “maior” cargo nesse espaço escolar deve estar sempre bem vestido. A foto do diretor sempre vestido como padre revela a ligação

escola/religião, o duplo poder diretor/religioso. É interessante mencionar sobre o poder que o padre exercia na comunidade da época, pois dele partiu a iniciativa de criar cursos de datilografia, bordado e costura e arte e culinária para as moças pobres da paróquia os quais também funcionavam no prédio escolar.

Anos depois, ao “largar a batina” pelo matrimônio, morando no Rio de Janeiro e trabalhando como taxista atuava em movimentos sociais, levou para Brasília abaixo-assinado com 114 mil assinaturas, com o objetivo de tornar lei a licença maternidade de 120 dias e a licença de paternidade de 5 dias, assim como participou ativamente da Constituinte, que viria a se tornar a Constituição de 1988.

Na primeira imagem do padre Cristóvão, ele aparece com uma das mãos erguida para o alto, provavelmente estava a escrever? Se sim sua imagem pode ser tomada como signo de uma mensagem para o educar, ao perceber que está sendo fotografado, para e olha, demonstrando uma feição serena, tranquila, passando assim a ideia de paz e tranquilidade de espírito para o espectador.

É interessante mencionar que, embora alguns funcionários atuais da escola que não vivenciaram os primórdios do ensino nesse colégio, afirmar que essa escola não mantinha relação com o ensino religioso, percebemos que tanto no entorno do edifício escolar através dos símbolos religiosos, a igreja com seus vitrais representando passagens bíblicas e imagens de santos e santas presentes nas janelas da igreja ao lado da escola mediava o ensino. Tais vitrais que ornamentam o entorno do templo foram doados por várias famílias entre os doadores estão José Medeiros Camboim o mesmo que também fez a doação dos relógios da igreja.

Semelhantemente ao espaço interno da escola, atualmente também é exposto no alto da parede do corredor principal uma frase cuja autoria é atribuída à Charles Chaplin: “Onde há amor... há paz Onde há paz... há fé Onde há fé há Deus... E onde há Deus, nada faltará!. , bem como a permanente presença da fotografia do padre Cristóvão Ribeiro da Fonseca ainda existente e exposta na diretoria, o que mostra como os espaços estão repletos de significados, no caso dessa escola, os signos do sagrado podem ser entendidos enquanto uma extensão da vizinha igreja.

Por serem frutos de construção cultural, esses elementos revelaram que os espaços escolares nunca estão isentos de intencionalidades e sempre são frutos dos interesses e discursos

de algum momento histórico, político, urbano ou religioso, ou seja, a escola em suas diferentes caracterizações reproduz expressões simbólicas dos valores dominantes nas diferentes épocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termino deste trabalho é impossível olhar para os espaços educativos e vê-los como antes, ou seja, destituídos de intencionalidades. O espaço escolar, a igreja e tantos outros edifícios da cidade estão longe de ser apenas espaços comuns. Eles são espaços constituídos discursivamente, através de normas, condutas e comportamentos, que visam disciplinar e regular os sujeitos tal qual vimos no decorrer desse trabalho.

Finalidades políticas, religiosas, educacionais, todas são frutos de sua época. No cenário educacional de Campina, no contexto estudado, vimos que houve uma aproximação entre a educação e os ideais desenvolvimentistas no Brasil no final da década de cinquenta. A educação a partir da modernidade foi imbuída de instruir, educar, moralizar e civilizar. Pois havia a crença de que uma sociedade moderna seria a escolarizada. Esse ideal era reforçado pelo Estado através de políticas educacionais como também pelos intelectuais da época como, jornalistas, advogados e demais letrados que viam na educação um caminho certo para o pleno desenvolvimento da cidade como também para concretização de seus desejos.

A Igreja assim como a escola são instituições que ao longo da história estabelecem relações ao educar alguém. Como dissemos, a cultura escolar do O Rosário estava sujeito a regulação disciplinar a partir da vigilância onipresente e controle dos espaços e do tempo pela Igreja. Seja através da comunicação, hábitos, crenças, enfim valores que de forma geral constituem o que chamamos de educação. A partir desses espaços vemos emergir também na modernidade concepções, hábitos, normas ritos e rituais que tecem a cultura desses espaços pedagogizantes e dos sujeitos que delas fazem parte.

REFERÊNCIAS

- AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel:** projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959). Campina grande: EDUFCG 2006.
- ANDRADE, Romerino de Souza. **Faculdade de Medicina:** corpo, modernidade e sensibilidade em Campina Grande (1960 – 1970). **Dissertação** (Mestrado em História) UFCG Campina Grande 2012.
- ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade:** O instituto pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942). **Tese** (Doutorado em Educação) UFPB-CE 2014.
- ÁVILA, Virginia Pereira da Silva de. Sobre relógios e tempo escolar: ritos, rituais rotinas. In: **Objetos da escola:** espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina- séculos XIX e XX). Florianópolis, Insular, 2012.(p 187-202).
- AZEVEDO, Crislane Barbosa, STAMATO, Maria Ines Sucupira. **Teoria historiográfica e prática pedagógica:** as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de História no Brasil.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História. Campina Grande.** UFCG, 2009.
- CORTELLA, Mário Sergio. **A escola e o conhecimento** - Fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, 2001.
- COSTA, Fernanda Pires da. **A livraria Pedrosa – casa do saber:** a emergência de uma cidade letrada e de leitores. **Dissertação** (Mestrado em História) UFCG Campina Grande, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão** 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 109 Outros espaços. In: Ditos e escritos III – Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In. FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 1998, Rio de Janeiro. DP&A, 1998.
- FRAGO, Antônio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In. FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 1998, Rio de Janeiro. DP&A, 1998.
- GOERGEN, Pedro. Pós-modernidade, ética e educação. In: **O Novo Contexto:** “Pós-Moderno”?. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GONÇALVES, Rita de Cassia. **A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In. Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina- séculos XIX e XX).** Florianópolis, Insular, 2012. (p 27-61).

GASPAR DA SILVA, Vera Lúcia. **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina- séculos XIX e XX).** Florianópolis, Insular, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas/ SP: Autores Associados, nº1, jan. jun, 2001.

LARROSA, Jorge Tremores. **Escritos sobre experiência** ; tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi.- 1.ed 3. Reimp._ Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

MELO, José Octavio de Arruda. **A educação Paraibana da Colonia a nossos Dias: uma Abordagem Histórica.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v3n1/v3n1a06.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **História e imaginário nos anos 1950 em Campina Grande.** ANPUH- XXIII, SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, Júlio César Melo de. **Campina Grande a cidade se consolida o século XX. Monografia.** UFPB. João Pessoa 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural,** 2 ed. Belo Horizonte:Autentica, 2005.

RIBEIRO, Ivanir, SOUZA, Luani de Liz. **Corpos escolares, leitura de imagens: O uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina -1964 a 1985.** In: **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina- séculos XIX e XX).** Florianópolis, Insular, 2012.(p 203-220).

SAVIANNI, Dermeval. Petropolis, **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias** RJ. Vozes, 1994.

SILVA, Tomas Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaltianos.** In: **O adeus às metanarrativas educacionais.**7ed. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SILVA, Robson de Oliveira. **Cultura escolar no colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande PB (1955-1965). Dissertação (Mestrado em História) UFCG Campina Grande, 2016.**

SOUSA JÚNIOR, José Pereira. **As irmandades religiosas na Paraíba Imperial: Espaços de Lutas, Devoção e Festas 1840 – 1880.** **Dissertação (Mestrado em História) UFCG Campina Grande, 2012.**

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. In Revista Brasileira de História. Vol. 03,2001. n° 46. P. 61-92.

FONTES

JUSTIFICATIVA - PL 0519/2016, referencias da referida Câmara. Publicado no Diário Oficial da Cidade em 07/12/2016, p. 67 Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.

MENSAGEM apresentada a assembleia Legislativa do ESTADO DA PARAIBA em 1º de junho de 1955 pelo GOVERNADOR JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA.

REVISTA MANAÍRA: Revista de Variedades, impressa na capital João Pessoa, entre o período de 1948-1951.

SITES CONSULTADOS

<http://www.rosario.org.br/portal/> Acesso em: 20 de maio de 2019.

<<http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=igreja+do+rosario#.XQP3YohKjIU>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

<http://www.rosario.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=150>. Acesso em: 15 de maio de 2019.